



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639993 - GO (2021/0012455-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : JHONATAN NERYVALDO FERREIRA MENDANHA CARDOSO SILVA
ADVOGADO : JHONATAN NERYVALDO FERREIRA MENDANHA CARDOSO SILVA - GO040275
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : IAN MAYCON VITORINO DO NASCIMENTO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de IAN MAYCON VITORINO DO NASCIMENTO em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5004493-74.2021.8.09.0000

O paciente está cumprindo como incurso no art. 33, § 4º da Lei n. 11.343/06, pelo que foi condenado a 5 anos de reclusão em regime semiaberto.

Alega o impetrante que, apesar de ter sido condenado ao semiaberto, estaria em verdade internado no regime mais gravoso. Ressalta as condições benéficas do réu, que tem bons antecedentes e endereço certo.

Requer liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade ao ora paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência